

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho: No exercício, a DTVM apresentou um lucro líquido de R\$ 160.057, correspondente a R\$ 3.201,14 por ação, sendo que no exercício de 2023 apresentou lucro líquido de R\$ 139.795. Em 31 de dezembro 2024, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 18.006,20, um aumento de 13,78% em relação a 31 dezembro de 2023.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por cinco membros.
São Paulo, 27 de março de 2025

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Circulante		1.896.141	2.230.605
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.891.407	1.666.809
Disponibilidades		173	235
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.891.234	1.666.574
Instrumentos financeiros	5	-	558.491
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	558.491
Outros ativos	7	4.734	5.305
Não Circulante		686.359	36.627
Realizável a longo prazo		686.330	36.592
Instrumentos financeiros	5	648.751	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		648.751	-
Ativos fiscais diferidos	8b	7.255	7.417
Outros ativos	7	30.324	29.175
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado		28	34
Outras imobilizações de uso		763	738
(-) Depreciações acumuladas		(735)	(704)
Total do ativo		2.582.500	2.267.232

Passivo	Nota	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Circulante		1.650.870	1.446.213
Negociação e intermediação de valores	6	1.588.654	1.361.947
Obrigações fiscais correntes	8a	57.866	77.931
Outros passivos	7	4.350	6.335
Não Circulante		31.320	29.766
Obrigações fiscais diferidas	8b	6.145	5.698
Outros passivos	7	626	515
Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	9	24.549	23.553
Patrimônio líquido	10	900.310	791.253
Capital social		550.500	550.500
Reservas de capital		2.584	2.584
Reservas de lucros		347.226	238.169
Total do passivo e patrimônio líquido		2.582.500	2.267.232

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Julho-Dezembro 2024	Janeiro-Dezembro 2024	Janeiro-Dezembro 2023
Receitas de intermediação financeira		114.619	221.372	222.306
Resultado com instrumentos financeiros		114.619	221.372	222.306
Resultado bruto de intermediação financeira		114.619	221.372	222.306
Outras receitas (despesas) operacionais		5.616	10.901	9.956
Receitas de prestação de serviços	13a	26.402	54.782	52.112
Despesas de pessoal		(5.861)	(11.863)	(11.845)
Outras despesas administrativas	13b	(9.989)	(20.742)	(21.381)
Despesas tributárias		(6.681)	(13.073)	(13.027)
Reversão/(Constituição) de provisões	13c	(494)	(996)	3.502
Outros resultados operacionais		2.239	2.793	595
Resultado operacional		120.235	232.273	232.262
Resultado antes da tributação sobre o lucro		120.235	232.273	232.262
Imposto de renda e contribuição social	8	(27.407)	(72.216)	(92.467)
Provisão para imposto de renda		(16.720)	(44.575)	(57.355)
Provisão para contribuição social		(10.310)	(27.032)	(34.627)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido		(377)	(609)	(485)
Lucro líquido do período		92.828	160.057	139.795
Quantidade de ações	10	50.000	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do período - R\$		1.856,56	3.201,14	2.795,90

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)				
	Nota	Julho-Dezembro 2024	Janeiro-Dezembro 2024	Janeiro-Dezembro 2023
Lucro líquido do período		92.828	160.057	139.795
Outros resultados abrangentes no período que podem ser reclassificados para o resultado		-	-	-
Outros resultados abrangentes no período que não podem ser reclassificados para o resultado		-	-	-
Total do resultado abrangente no período		92.828	160.057	139.795

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)				
	Nota	Julho-Dezembro 2024	Janeiro-Dezembro 2024	Janeiro-Dezembro 2023
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		93.129	160.536	135.443
Lucro líquido do período		92.828	160.057	139.795
Ajuste ao lucro líquido:		301	479	(4.352)
Ativo fiscal diferido	8b	377	609	485
Atualização de depósitos judiciais		(574)	(1.157)	(1.408)
Provisões/(Reversões) para contingências	9	494	996	(3.502)
Depreciações		4	31	73
Variação de ativos e passivos		111.458	115.087	(36.176)
Aumento em instrumentos financeiros		(32.915)	(90.260)	(64.483)
(Aumento)/Redução em outros ativos		268	579	(349)
Aumento em negociação e intermediação de valores		127.452	226.707	15.444
Aumento em outros passivos		25.014	69.761	95.231
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.361)	(91.700)	(82.019)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		204.587	275.623	99.267
Atividades de investimento				
Aquisição de outras imobilizações de uso		-	(25)	-
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento		-	(25)	-
Atividades de financiamento				
Pagamento de juros sobre o capital próprio		(51.000)	(51.000)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(51.000)	(51.000)	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		153.587	224.598	99.267
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1.737.820	1.666.809	1.567.542
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	1.891.407	1.891.407	1.666.809
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		153.587	224.598	99.267

11. Benefícios - Fundo de Pensão: A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. A Distribuidora registrou despesa de R\$ 345 (dezembro de 2023 - R\$ 348) relacionada a contribuições para o Fundo.

12. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan) - As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Distribuidora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo Financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	Ativos/(Passivos) de 2024	Receitas/(Despesas) de 2023	Receitas/(Despesas) de 2024	Receitas/(Despesas) de 2023
Disponibilidades	173	235	-	-
Banco J.P. Morgan S.A.	173	235	-	-
Aplicações em operações compromissadas	1.891.234	1.666.574	158.548	157.824
Banco J.P. Morgan S.A.	1.891.234	1.666.574	158.548	157.824
Aplicações em depósitos interfinanceiros	648.751	558.491	62.824	64.482
Banco J.P. Morgan S.A.	648.751	558.491	62.824	64.482
Negociação e intermediação de valores	(1.588.654)	(1.361.947)	-	-
JPMorgan Chase Bank, N.A.	-	-	-	-
- London Branch	(1.558.572)	(1.243.791)	-	-
JP Morgan Bank Luxembourg	(16.848)	(16.503)	-	-
JP Morgan Securities LLC	(8.146)	(99.685)	-	-
JP Morgan Securities PLC	(5.088)	(1.968)	-	-
Outros valores a receber/(pagar)	-	(604)	(11.204)	(11.239)
Banco J.P. Morgan S.A.	-	(604)	(10.956)	(11.012)
J.P. Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	-	-	(248)	(227)
Despesa de pessoal	(180)	(119)	-	-
JPMorgan Chase Holdings LLC	(180)	(119)	-	-
Rendas de prestação de serviços	3.903	4.368	54.782	52.112
JPMorgan Chase Bank, N.A.	-	-	-	-
- London Branch	3.875	4.338	54.253	48.262
JP Morgan Overseas Capital LLC	-	-	-	3.372
JP Morgan Securities LLC	28	30	489	437
JP Morgan Securities PLC	-	-	40	41

A Distribuidora verificou que para os períodos apresentados não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

13. Outras informações
(a) "Receitas de prestação de serviços" referem-se a receitas de serviço de custódia no valor de R\$ 54.782 (dezembro de 2023 - R\$ 52.112).
(b) "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas de serviços financeiros no valor de R\$ 16.440 (dezembro de 2023 - R\$ 16.618), despesas de serviços técnicos especializados no valor de R\$ 2.504 (dezembro de 2023 - R\$ 3.109), e despesas de aluguel no valor de R\$ 262 (dezembro de 2023 - R\$ 352).
(c) "Reversão/(Constituição) de provisões" referem-se a despesas com provisão para passivos contingentes e obrigações legais de naturezas fiscais, previdenciárias, líquidas de reversões, no valor de R\$ 996 (dezembro de 2023 - reversão de R\$ 3.502).
(d) Em 31 de dezembro de 2024, os ativos em custódia totalizavam R\$ 267.563,872 (dezembro de 2023 - R\$ 308.315,850).
(e) Durante os semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Distribuidora não registrou resultados não recorrentes conforme definido pela Resolução nº 2 do BACEN.
A definição dos saldos de resultado não recorrente segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
(f) Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		social	Aumento de capital	Reservas de capital	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2022		325.000	25.500	2.584	42.257	256.117	-	651.458
Aumento de capital	10	225.500	(25.500)	-	-	(200.000)	-	-
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	139.795	139.795
Destinações		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	10	-	-	-	6.990	-	(6.990)	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	-	132.805	(132.805)	-
Em 31 de dezembro de 2023		550.500	-	2.584	49.247	188.922	-	791.253
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	160.057	160.057
Destinações		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	10	-	-	-	8.003	-	(8.003)	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	-	101.054	(101.054)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 1.020 por ação)	10	-	-	-	-	(51.000)	(51.000)	(51.000)
Em 31 de dezembro de 2024		550.500	-	2.584	57.250	289.976	-	900.310
Em 30 de junho de 2024		550.500	-	2.584	52.608	188.922	63.868	858.482
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	92.828	92.828
Destinações		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	10	-	-	-	4.642	-	(4.642)	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	-	101.054	(101.054)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 1.020 por ação)	10	-	-	-	-	(51.000)	(51.000)	(51.000)
Em 31 de dezembro de 2024		550.500	-	2.584	57.250	289.976	-	900.310

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 - São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram aprovadas por sua Diretoria em 27 de março de 2025.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis
(a) Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818, do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site <https://www.jp.morgan.com.br/pt/disclosures>.
(b) Novas normas emitidas com vigência futura - A Resolução BCB nº 352/23, vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa; a constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; a designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e a evidencição de informações de instrumentos financeiros. Conforme o Art. 101 da referida Resolução, é necessária a divulgação dos impactos estimados da implementação sobre o resultado e a posição financeira da Instituição nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024. No entanto, a implementação não gerou alteração no valor patrimonial da Distribuidora.

3. Principais práticas contábeis
a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
b) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.
c) Imobilizado - Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535 do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens.
d) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas.
e) Passivos contingentes e obrigações legais - A Instrução Normativa BCB nº 319 revogou a Carta-Circular nº 3.429, que requeria o provisionamento de todas as obrigações legais, independentemente da probabilidade de perda. Em janeiro de 2023, com a Instrução Normativa BCB nº 319, houve a convergência ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, regulado pelo Banco Central por meio da Resolução nº 3.823 do CMN. Os passivos contingentes e obrigações legais decorrem de processos judiciais, legais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, podendo ser ações de natureza tributária, trabalhistas, cíveis e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda sejam classificados como possíveis são divulgados em nota explicativa, porém, conforme norma vigente, não é requerido provisionamento. Os processos cujos riscos de perda sejam classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior
Decio Ramos Porchat de Assis
Eliza Harumi Ogawa

Flávia Rocha Lima de Almeida Prado
Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Mariana Plass Rizzo

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência

de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3